

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, OS PRIMEIROS 50 ANOS DE DOMÍNIO E TRAÇOS GERAIS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA NO BRASIL

META

Apresentar as consequências imediatas da viagem de Pedro Álvares Cabral, os primórdios da colonização destacando suas contradições e dificuldades

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

analisar o caráter e a natureza da viagem de Pedro Álvares Cabral;

refletir sobre as consequências imediatas da viagem de Pedro Álvares Cabral;

discutir os primeiros 50 anos da administração portuguesa no Brasil;

refletir sobre o caráter e a natureza da administração portuguesa no Brasil destacando as estratégias de controle e de poder.



Pedro Álvares Cabral, foi um fidalgo e navegador português. Foi comandante da segunda expedição portuguesa à Índia, com uma armada de 13 navios e 1500 homens. Onde, nessa expedição descobre as Terras de Vera Cruz (Brasil), em 22 de abril.

(Fontes: <http://www.wikiwak.com>)

INTRODUÇÃO

Pedro Álvares Cabral, e sua espantosa frota de 13 navios e 1.500 homens partiram de Lisboa em 8 de março de 1500. O desenho da enorme cruz de Malta, símbolo da Ordem de Cristo, tremulava sob as velas brancas dos navios. Toda cidade de Lisboa estava presente à partida. Especialmente os observadores estrangeiros, comerciantes e financistas. A ordem do rei, D. Manuel, era que se firmasse uma base no Oriente, para o comércio das especiarias e artigos de luxo. Nunca em todo mundo existira armada como aquela. Vamos analisar agora como Cabral chegou a um vasto e desconhecido território do outro lado do Atlântico, quando seu destino principal era a Índia. Também vale a pena resgatar um debate que já incendiou a historiografia, mas que não está de todo esquecido. Houve realmente um descobrimento do Brasil? Qual o caráter e a natureza deste descobrimento?

Tudo é passível de dúvida e discussão. Mas não deixe de lembrar caro aluno, que para que você possa argumentar com propriedade é preciso conhecer em detalhes todos os acontecimentos desse episódio, antes de formar sua própria opinião. Se esta aula não for suficiente, não deixe de continuar lendo e pesquisando sobre o assunto, mesmo que determinadas questões nunca possam ser respondidas com a devida certeza



Nos primeiros anos de descobrimento do Brasil, as terras ficaram praticamente abandonadas à própria sorte. A gota d'água que serviu para alertar o rei de Portugal, D. João III, ocorreu quando o rei da França, Francisco I (foto acima), concedeu autorização para pilhagem de navios portugueses ao pirata Jean Ango. Isso foi suficiente para D. João III decidir que estava na hora de ocupar a Terra de Santa Cruz. (Fonte: <http://filosofiacienciaevida.uol.com.br>)

A DESCOBERTA (?) DO BRASIL

Houve mesmo uma descoberta do Brasil? Coloque-se no lugar daqueles homens que estavam na proa dos navios. Para eles, a chegada a estas terras representou não só um alívio depois de 10 dias de calmaria enervante, mas um espetacular achado: a visão das aves marinhas, do monte Pascoal, dos morros cobertos de florestas tão verdes que ofuscavam o olhar. Aquilo não era a Índia. Todos já sabiam. Então, o que era? Era uma ilha? Um continente? Desembarcar ali foi como descer no paraíso. Os habitantes daquele lugar eram homens de pele queimada pelo sol e andavam nus. Poderia haver realidade mais impactante do que aquela? Tanto sol, tanto mar, tanta vegetação, água fresca e frutas frescas... A frota fundeou numa pequena enseada e entre o primeiro grito de “terra a vista” em 19 de abril e a partida em 02 de maio, a frota passou 13 dias no Brasil. Os navios foram fartamente abastecidos com água e víveres. Foram rezadas duas missas e feitos os primeiros contatos com os nativos. Ninguém foi capturado a não ser papagaios e araras. Dezenas de cartas foram escritas relatando a descoberta. Portanto, houve sim uma descoberta, um achado do ponto de vista de quem estava na proa dos navios, a serviço do reino de Portugal.

Depois de zarpar rumo a Calicute na Índia, a frota navegou pelo menos mil quilômetros ao sul, ao longo da praia, sem que ela tivesse fim. Que ilha era aquela? Somente no dia 5 de maio os navios viraram para leste, concluindo a “volta do Mar” e afastando-se do Brasil na altura do atual Cabo Frio (no Rio de Janeiro). A “volta do mar” foi a manobra que permitiu que os portugueses achassem o Brasil. Consiste no seguinte. Para escapar das calmarias do golfo da Guiné, os pilotos viravam os navios para oeste, afastando-se, e muito, do litoral africano. Depois era só retomar o rumo para sudeste e contornar o Cabo da Boa Esperança, antigo Cabo das Tormentas, no extremo sul da África.

Agora chegamos ao ponto em que temos que perguntar: quando os portugueses iniciaram a “volta do mar”, tinham ou não tinham intenção de descobrir o Brasil? Em outras palavras, o achamento do Brasil foi intencional ou foi por acaso? Até hoje essa questão não foi respondida e provavelmente nunca será. Não fique frustrado, caro aluno. Lembre-se que a História não é uma ciência exata. Há provas circunstanciais que favorecem os dois lados da polêmica. Mas não há uma conclusão cabal e definitiva.

Os cronistas do século XVI Fernão Lopes de Castanheda (1541), João de Barros (1558) e Gaspar Correia (1561); os primeiros proto historiadores da colônia Frei Vicente do Salvador (1627) e Sebastião da Rocha Pita (1730), e o historiador moderno Tomas Marcondes de Souza (1956), defendem a tese da Casualidade. Os historiadores do século XIX, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu, o historiador contemporâneo Joaquim Romero de Magalhães e demais es-

pecialistas no assunto como Max Justo Guedes e Jorge Couto defendem a tese da Intencionalidade. Essa discussão pode parecer inútil visto que nunca saberemos a resposta e visto que, de uma forma ou de outra, nada anula o fato da chegada dos portugueses. Mesmo assim, como um exercício de argumentação, vale analisar os pontos principais do argumento de cada lado.

Pela Intencionalidade. Os que são favoráveis a esta tese argumentam que: a) havia em Portugal a certeza da existência de terras a oeste, e foi por isso que D. João II lutou pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494; b) a “volta do mar”, bem mais larga e mais afastada da costa africana do que de costume foi intencional, pois visava a encontrar as supostas terras que Vasco da Gama suspeitava existirem, quando avistou pássaros que voavam como se fossem para terra; c) o fato de Cabral não ter aportado em Cabo Verde para abastecer-se com água pode ser um sinal de que pretendia fazê-lo nas novas terras que viera descobrir.

Pela Casualidade. Os que são favoráveis a esta tese argumentam que: a) se havia mesmo essa intenção, por que isso não está registrado nos documentos oficiais? Não há qualquer documento, carta, instrução, que expresse essa intenção ou expresse algum segredo pra tal. Não há nada a respeito de uma missão adicional além daquela já conhecida, ou seja, a Índia; b) se tinham intenção de fazer novas descobertas, então por que Cabral não levou a bordo os tradicionais padrões de pedra com os quais os portugueses assinalavam suas descobertas? c) Se já sabiam que o descobrimento ocorreria, então, por que antes de partir para a Índia, Cabral enviou a Lisboa uma nau para anunciar o descobrimento? c) As negociações de Tordesilhas pretendiam garantir, do lado português, a segurança da rota para Índia, evitando que os navios castelhanos se imiscuissem na “volta do mar”; d) a frota de Cabral alargou a “volta do mar” porque era bem maior que a de Vasco da Gama, ou seja, era composta por 13 navios, enquanto Vasco da Gama só navegara com 4; d) havia suspeita de existência de terras a oeste da “volta do mar”, mas era só uma suspeita motivada por aves que voavam rumo a oeste, e algas soltas; essa suspeita não foi suficiente para gerar uma ordem expressa para uma missão adicional no Atlântico; e) finalmente, todos os documentos que circularam na Europa relacionados à descoberta de Cabral colocam o fato como algo inesperado, fortuito, involuntário e surpreendente, nunca como algo planejado e consumado.

Diante do exposto, prezado aluno, fique à vontade para escolher um lado da polêmica. Eu particularmente prefiro a tese da casualidade. Porém, antes de encerrar o assunto e passarmos para o próximo, é bom lembrar um dado interessante. Os castelhanos Vicente Yañez Pinzon e Diego de Lepe, em missões separadas, estiveram no Brasil antes de Cabral! Como? O que aconteceu foi o seguinte. Em janeiro de 1500, Pinzon chegou ao litoral

do Ceará e seguiu até a foz do rio Amazonas que batizou com o nome de Santa Maria da La Mar Dulce (40 anos depois Francisco Orellana chamaria de rio Amazonas). Também em janeiro de 1500 Diego de Lepe navegou o litoral do Maranhão até o Oiapoque. Nesta ocasião, cruzou com os navios de Pinzon sem avistá-lo. O que ambos estavam fazendo aqui? Estavam a serviço de Castela, explorando as “ilhas” que Colombo havia descoberto. Não havia mapas daquela região e ninguém conhecia a geografia do lugar.

Todos os historiadores admitem a precedência dos castelhanos, não há dúvida quanto a isso. Porém, as consequências práticas das viagens de Pinzon e Lepe são praticamente nulas e irrelevantes por dois motivos: a) não se sabia que as praias descobertas pelos castelhanos e as “ilhas” descobertas por Cabral eram partes de um mesmo continente, acreditava-se serem coisas separadas; b) as praias visitadas pelos castelhanos permaneceram inexploradas e intocadas pelos colonizadores durante mais de 100 anos, sendo integradas ao império ultramarino português somente no século XVII. Com essa ressalva, aqui encerramos o assunto relacionado à natureza da descoberta de Cabral, sem esquecer de que algo, realmente, foi descoberto.

Em 2 de maio de 1500, Cabral enviou a Lisboa uma nau com amostras de pau Brasil, animais, bem como cartas de todos os capitães, escrivães, religiosos, fidalgos e marujos, direcionadas ao Rei e aos respectivos familiares. Com o tempo, toda essa correspondência desapareceu, sobraram apenas 3 documentos que se tornaram as “certidões de nascimento” do Brasil ou seja, evidências que comprovam a descoberta. São eles: a Carta da Pero Vaz de Caminha, a Carta de Mestre João e a Relação do Piloto Anônimo. Caminha não era o escrivão da armada. Ele foi nomeado contador da feitoria de Calicute. Era, portanto um membro da elite letrada que embarcara para assumir seu posto no Oriente. Escrevera ao Rei porque queria dar as boas notícias e aproveitar para pedir um favor (o perdão para um parente preso, acusado de roubo). Mas foi o seu notável e detalhado relato que sobreviveu até os dias de hoje, e não o relato do escrivão oficial da frota, Gonçalo Gil Barbosa. A Carta de Caminha ficou guardada nas gavetas da burocracia real por 3 séculos, sendo publicada pela primeira vez em 1817.

A Carta de Mestre João é o relato de João Farias, médico e astrônomo da armada. Sua preocupação principal é descrever o céu austral e a latitude precisa em que se encontrava a nova terra. Chegou à medição de 17 graus, muito próxima da medição verdadeira que é 16 graus, 21 minutos e 22 segundos. Também batizou uma constelação conhecida desde 1455, mas que estava sem nome: a constelação do Cruzeiro do Sul. Por fim, a Relação do Piloto Anônimo, como o próprio nome sugere, tem autoria desconhecida. É um relato da viagem de Cabral, publicada na Itália em 1507.

Como foram os primeiros 50 anos do domínio português no Brasil? Em outras palavras, quais as consequências práticas da descoberta de Cabral? É essa questão que pretendemos explorar agora. Inicialmente, convém

lembrar como foi denominada a nova terra. O comandante da frota, Pedro Álvares Cabral batizou-a com o nome de Ilha de Vera Cruz, partiu para a Índia e não voltou a falar mais no assunto. Os marujos, todavia, tinham a sua própria maneira de se referir àquela “ilha”. Chamaram-na de “terra dos papagaios”. Um ano depois, o rei de Portugal, ciente de que não se tratava de uma ilha, batizou-a com o nome de “Terra de Santa Cruz”. Durante as primeiras décadas após a descoberta, os franceses passaram a explorar as reservas de pau Brasil, à revelia do suposto proprietário, o rei de Portugal. Com isso denominaram a “Terra de Santa Cruz” como “Terra do Pau-Brasil” ou “La Terre Du Brésil”. Pois bem. Foi justamente este o nome que “pegou”, o qual foi abreviado para “Brésil”. Por isso “Brasil” se escreve com “S” e não com “Z”, porque vem do francês “brésil”, ou seja, “brasa”. Lembre-se que o pau-brasil tem a cor avermelhada como brasa.

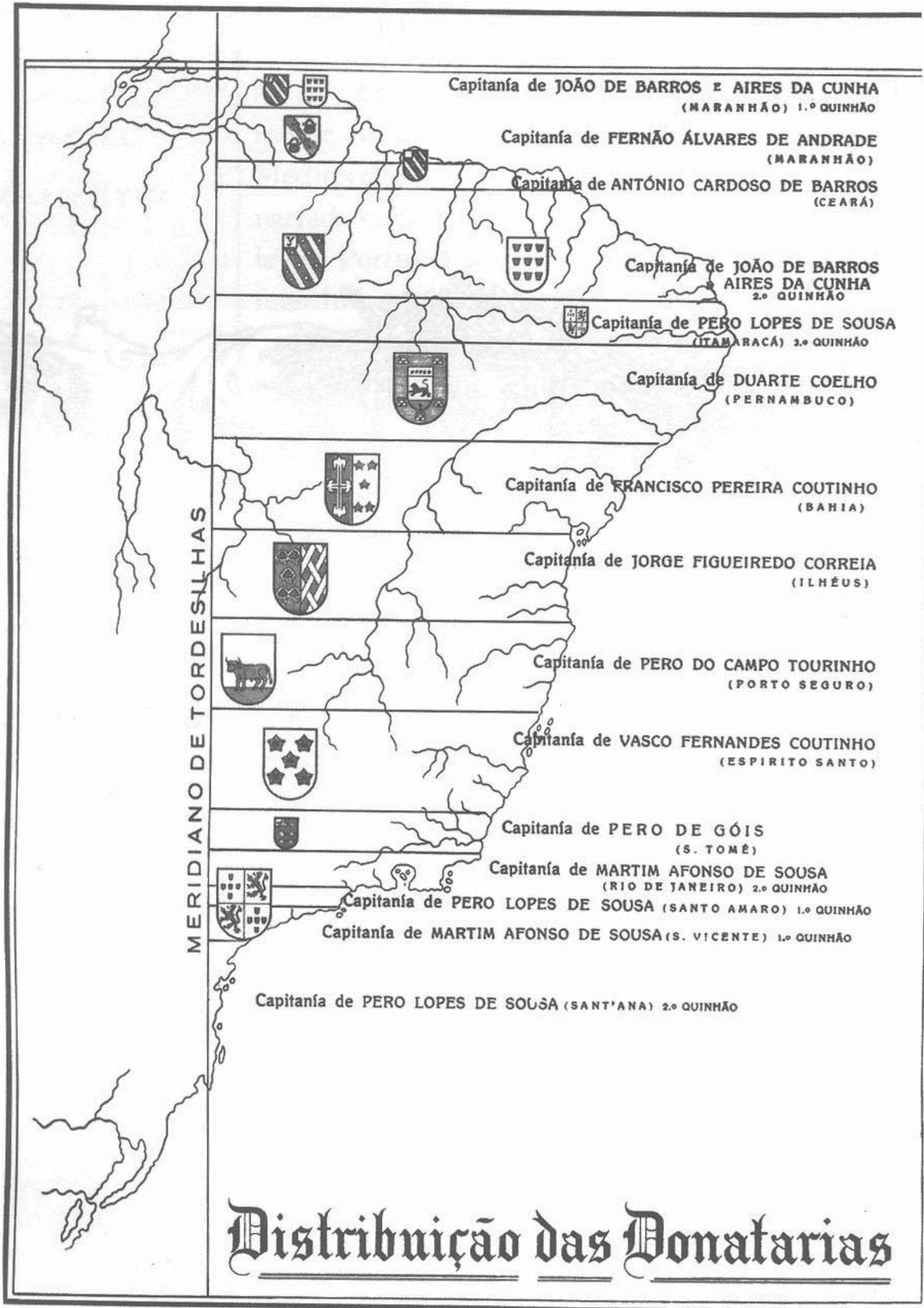
Os primeiros 50 anos do domínio português não podem ser caracterizados como um verdadeiro domínio. Imagine, caro aluno que em 1501 partiu de Lisboa a primeira expedição exploradora com o objetivo de navegar por toda extensão de litoral da Terra de Santa Cruz. O comandante, Gonçalo Coelho, navegou desde o atual Rio Grande do Norte até São Paulo. Trazia consigo o cosmógrafo italiano Américo Vespúcio, que, em 1500, já havia navegado o litoral das atuais Guianas e Venezuela. Ao retornar a Portugal, Vespúcio escreveu ao rei D. Manuel informando que a única coisa de proveito existente na Terra de Santa Cruz era o pau-brasil também chamado “pau de tinta”, ou seja, a matéria prima para a fabricação de um pigmento de cor vermelha, destinado a tingir os tecidos. Os portugueses nada podiam fazer com aquele imenso pedaço de terra, tão enorme que nem eles tinham noção de sua verdadeira extensão. Em 1502 a exploração de pau-brasil foi arrendada pela Coroa portuguesa a um consórcio de comerciantes presidido por Fernão de Noronha. Ninguém mais poderia extrair a madeira vermelha. É claro que essa determinação era uma quimera, pois as demais monarquias europeias não perderam tempo em enviar seus navios para exploração do “pau de tinta”. Não importa quantos protestos fossem feitos pelo rei de Portugal, os franceses tinham sua própria interpretação do Tratado de Tordesilhas.

O consórcio ergueu 3 feitorias, sendo 1 em Pernambuco e 2 no Rio de Janeiro. Estas feitorias eram instalações fortificadas feitas de madeira, e guardavam as toras de pau brasil até o dia do embarque. Nada mais existia a não ser os nativos que, naquele momento, conviviam pacificamente com os exploradores, fossem eles franceses ou portugueses. Para eles não havia diferença.

As expedições guarda-costas da década de 1520 nada podiam fazer contra os “contrabandistas” franceses que infestavam nosso vasto litoral. Portugal concentrou todos os seus esforços na exploração do comércio

com a Índia. Para lá foram desviados homens e recursos, deixando a Terra de Santa Cruz praticamente abandonada à própria sorte. A gota d'água que serviu para alertar o rei de Portugal, D. João III (herdeiro de D. Manuel agora falecido), ocorreu em 1530 quando o rei da França, Francisco I concedeu Carta de Corso ou autorização para pilhagem de navios portugueses ao pirata Jean Ango. Por outro lado, em 1532 os portugueses capturaram dos franceses a nau Peregrina que trazia do Brasil 15 mil toras de madeira vermelha, 3 mil peles de onça e 600 papagaios.

Isso foi suficiente para que D. João III decidisse que estava na hora de ocupar a Terra de Santa Cruz. Primeiro enviou uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza com objetivo de implantar o primeiro núcleo de povoamento. Martim Afonso ficou 2 anos explorando o sul da colônia, a procura de ouro, a partir da vila de São Vicente (no litoral do atual Estado de São Paulo), fundada como base de apoio a essa exploração. E o resto do território? Ocupar como? Olhe no mapa, caro aluno. Todas as terras que ficavam a leste do meridiano de Tordesilhas, em tese, pertenciam à Coroa portuguesa. Na prática, porém, só pertenceriam àqueles que pudessem ocupá-las. O que fazer? Era preciso trazer gente, muita gente. Era preciso produzir alguma coisa, procurar metais preciosos, fundar vilas e povoações, investir muito dinheiro. A Coroa não possuía capitais suficientes para tamanha empreitada. Então, em 1532, o rei de Portugal resolveu aplicar um sistema que fora bem sucedido nas ilhas do Atlântico (Madeira, Açores, S. Tomé, Príncipe e Fernando Pó). Era um modelo civilizatório, destinado a terras distantes, que utilizaria recursos privados no processo de ocupação. Esse modelo era chamado de Sistema de Donatarias ou Capitãias Hereditárias. Foram agraciados com imensos pedaços de terra 12 capitães donatários pertencentes à nobreza militar portuguesa. Não eram funcionários nem colonos. Eram conquistadores. Aqui deveriam produzir riquezas e atrair moradores interessadas. Em troca de seus investimentos, tinham total autoridade em sua donataria, com poderes de representar o rei, distribuir terras (sesmarias), cobrar impostos e aplicar a Justiça real. A Terra de Santa Cruz foi dividida em 15 lotes conforme o mapa abaixo.



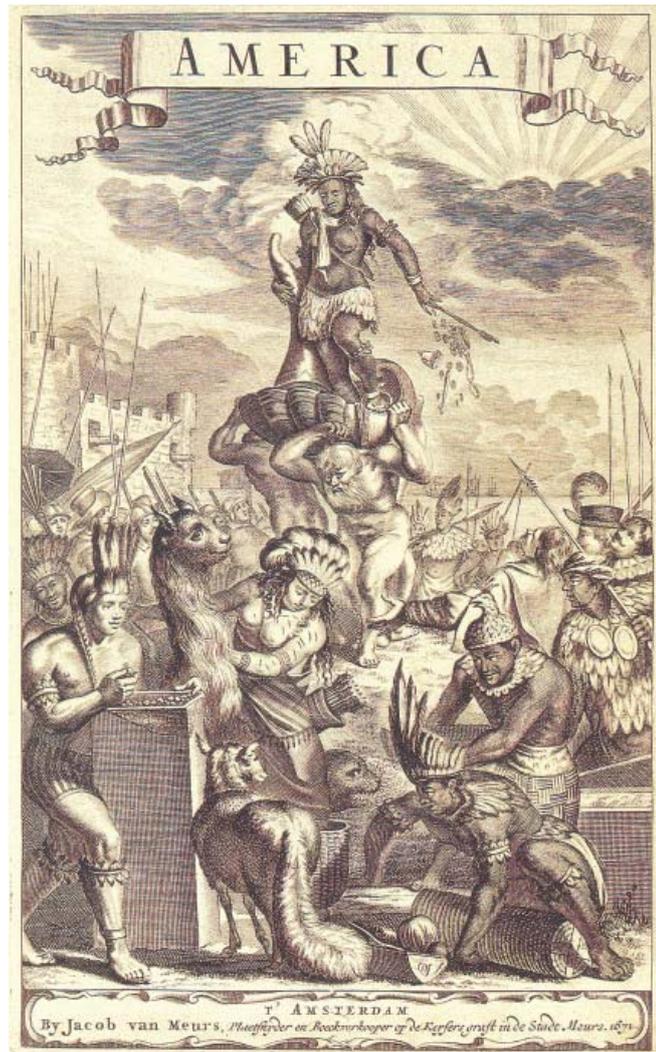
Capitanias Hereditárias

Em 1536 os capitães donatários das capitanias do Ceará e os 2 lotes do Maranhão montaram uma expedição com 900 soldados, 600 colonos, 120 cavalos e 10 navios, para ocupar o norte da Terra de Santa Cruz, a traçoieira “costa leste-oeste”, (visitada por Pinzon e Lepe em janeiro de 1500, lembra?). Veja que foi uma frota comparável à frota de Cabral, toda financiada com capital privado. Porém, tudo deu errado para os infelizes investidores. A nau capitânia naufragou no litoral do Maranhão, mas 1300 expedicionários desembarcaram dispostos a iniciar a ocupação. Durante 2 anos, tentaram estabelecer uma povoação que sofreria constantes ataques de índios, já não tão dispostos a cooperar. Em 1538 a expedição estava reduzida a 700 pessoas e 4 navios. Era hora de reconhecer o fracasso e retornar, antes que não sobrasse ninguém. João de Barros, o donatário do primeiro lote do Maranhão e principal investidor, acabou endividado e falido, e a costa leste-oeste foi deixada aos seus habitantes nativos durante 100 anos, até que os franceses decidissem ocupá-la. Sempre os incorrigíveis franceses...

O sistema de donataria foi um tremendo fracasso. E não era para menos. A tarefa mostrou-se demasiada para um punhado de homens, cercados de índios muito inquietos e inconstantes, nem sempre dispostos a cooperar. Os índios devastaram os núcleos de povoamento do Maranhão, Bahia, Espírito Santo e São Tomé. Os engenhos de cana de açúcar de Pernambuco e São Vicente sobreviveram a duras penas. Itamaracá, Ilhéus e Porto Seguro mantinham-se precariamente. As demais foram abandonadas, sem a mínima chance de sucesso. A revolta dos Tupinambá na Bahia e a morte do donatário Francisco Pereira Coutinho em 1546, devorado pelos índios em um ritual de guerra, levou a rei de Portugal a tomar providências no sentido de auxiliar os poucos colonos que teimavam em ficar. O cenário era desolador.

Preste bem atenção, caro aluno. O processo de colonização começou com um sistema de gestão e de poder descentralizado, em que cada um dos 12 capitães teria total autonomia e controle sob seu território. Em 1547 a Coroa portuguesa resolveu mudar a estratégia, implantando um governo centralizado. As capitanias continuariam existindo, mas não seriam autônomas e independentes entre si. Os capitães donatários ficariam subordinados a uma autoridade maior, representante direta do rei de Portugal. Essa autoridade maior era o Governador Geral do Brasil. A capitania da Bahia foi reintegrada à Coroa, e as demais permaneceram como estavam. A sede do novo governo ficaria às margens da baía de Todos os Santos, próxima à “ponta do padrão” (atual Farol da Barra), na vila fundada por Pereira Coutinho e destruída pelos índios. Ali foi fundada a cidade de São Salvador, sede do governo Geral do Estado do Brasil. Esse era o nome oficial da colônia. Ali desembarcou, em março de 1549, a armada de 6 navios e cerca de 500 homens do primeiro governador Tomé de Souza. Vieram nessa expedição soldados, funcionários públicos, artesãos e 62 criminosos condenados ao degredo, para realização de trabalhos forçados, como parte de suas penas. Vieram também 15 fidalgos (membros da pequena nobreza) em situação financeira precária, que tentariam refazer suas fortunas no Brasil.

Em meados do século XVI, Portugal passava por uma crise econômica e financeira. O comércio com a Índia, antes uma das principais fontes de recursos do reino, passava naquele momento por sérias dificuldades, pois o mercado europeu fora inundado por grande quantidade de produtos orientais, levando à queda nos preços. A expansão comercial e marítima obrigava o pequeno reino ibérico a manter 3 frentes de colonização, acarretando custos exorbitantes. Portugal estava praticamente arruinado, com dívidas impagáveis e cercado de inimigos por todos os lados. É nessa conjuntura que a pequena comitiva de Tomé de Souza desembarcou no Brasil. Era uma expedição muito modesta para o tamanho da tarefa que deveria realizar. Havia pouco mais de 1.500 portugueses residentes no Brasil (contra 3 milhões de nativos). Pernambuco e São Vicente concentravam a maioria da população europeia (cerca de 600 habitantes cada uma), vivendo do cultivo da cana e fabrico do açúcar. Era preciso fazer com que estas terras gerassem riquezas para o reino, caso contrário tudo estaria perdido.



América Século XVI - Gravura Anônima

Junto consigo, Tomé de Souza trouxe um importante documento que estabelecia todas as instruções da Coroa, em relação ao governo do Brasil. Era o Regimento Régio, também conhecido por Regimento de Tomé de Souza. Este documento, com 48 artigos, tinha força de lei, e dizia o que o governador deveria fazer para administrar o Brasil. O Regimento estabelecia políticas nos planos fiscal, jurídico, militar e, sobretudo, como lidar com os nativos. Da política indigenista falaremos nas próximas aulas. Cabe agora destacar as questões administrativas. Para entender a estrutura de governo montada pelos portugueses no Brasil, é preciso ter duas coisas em mente: 1) esta estrutura foi sendo paulatinamente implantada, de acordo com o crescimento e desenvolvimento da colônia; 2) os portugueses não criaram instituições novas e diferentes, mas sim, transplantaram as instituições existentes em Portugal, cujo centro do poder era o aparato judicial. Para os portugueses, governar era administrar a Justiça sendo este o principal atributo do Estado e do governo. Segundo Raimundo Faoro (2000),

“Portugal não buscava na América o reflexo de suas instituições, uma replica nova de um reino velho, o que ele visava era o prolongamento passivo de suas instituições, armadas de poderes para criar, do alto, por obra da moldura jurídica, a vida política”. Isso quer dizer que, a organização política e o exercício do poder político não é concomitante à organização social, é anterior a ela como explica o mesmo Faoro:

”no estabelecimento de cidades e vilas, estas já têm no seu próprio fundador o seu capitão mor regente, com carta concedida pelo rei ou pelo governador, concedida antes mesmo da fundação da vila ou da cidade, o que acentua ainda mais o caráter extra social do governo local; quando é grande o numero de latifundiários espalhados numa dada região, o governo ordena a criação de vilas, com o fim de reunir os moradores dispersos”

No primeiro momento, o aparato judicial estava concentrado nas mãos de uma única pessoa: o Ouvidor-mor subordinado ao Governador-Geral. Porém, logo se percebeu que este funcionário, por mais dedicado que fosse não poderia distribuir a Justiça em um território tão vasto e tão complexo. As Câmaras Municipais assumiram então esta tarefa, pois tinham funções administrativas e judiciais. As Câmaras Municipais, às quais estamos nos referindo, em nada se pareciam com as atuais. As Câmaras eram órgãos com tarefas legislativas, executivas e judiciárias. Faziam e executavam as leis, e funcionavam como tribunais de primeira instância. Em Portugal as Câmaras eram herdeiras diretas dos antigos Concelhos (não leitor, a ortografia não está errada, é assim mesmo, com “c”) e representavam a autoridade real, onde quer que existissem. Cada vila fundada no Brasil possuía sua respec-

tiva Câmara Municipal, a qual exercia o poder político e administrativo na região, em nome do Rei. A ideia era impor uma administração controlada pela Coroa para conter os ímpetos autonomistas, auxiliada por outra instituição, a Correição ou Comarca, cujos funcionários (corregedores) tinham a função de visitar as vilas para se certificar do estado da Justiça, ou seja, “fazer a correição”. Por fim, havia os Tribunais da Apelação, última instância do Judiciário, que no Brasil só seriam implantados a partir do século XVII. Podemos deduzir que as vilas (municípios) e suas respectivas Câmaras representavam o coração político e administrativo da colônia, e se constituíam por ato da autoridade régia, e não por uma necessidade social. Ali se fazia a vontade do Rei:

[“(...) o pelourinho simbolizava o núcleo legal, instrumento e símbolo da autoridade, coluna de pedra ou de madeira que servia para atar os desobedientes e criminosos, para o açoite ou enforcamento. Com o pelourinho se instalava a alfândega e a igreja que indicavam a superioridade do rei, cobrador de impostos, ao lado do padre, vigiando as consciências (...) A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira a realidade se faz e se constrói com decretos alvarás e ordens régias (...) Quando os colonos isolados e perdidos nas distancias ameaçam ruralizar e extremar-se no localismo a fundação de vilas serve para lembrar a autoridade da Coroa, empenhada em substituir a força dos patriarcas pela justiça regia” (Raimundo Faoro, 2000).

Mas não pense, caro aluno, que o controle do reino era assim tão extenso e estreito. Era fisicamente impossível. Muitas vezes, a rígida organização burocrática e estatal era contrabalançada pelos interesses dos colonos e por uma teia de relações pessoais ligadas ao mandonismo local. A Coroa tinha que contemporizar com os colonos (e com os próprios burocratas no exercício de suas funções), caso contrário não poderia exercer sua autoridade. Lembrem-se, o Rei está do outro lado do Atlântico, e para que os tentáculos do poder real alcancem todos os rincões da colônia, é preciso que os moradores colaborem. Isso significa negociar com eles espaços de poder. Ainda segundo nosso autor, Raimundo Faoro, “os senhores de engenho e moradores se entrosavam na rede de governo como auxiliares e agentes (...) integrava-os na administração municipal com o acesso à vereança, num quadro de interesses comuns. Mas sempre que a autonomia dos colonos, seu ímpeto e excessos armados ameaçavam ficar fora de controle, a Coroa intervinha com a repressão violenta e impiedosa para a restauração da ordem política e ajustamento das tensões. Trata-se, portanto de um movimento pendular, intercalado por períodos de afrouxamento e repressão às aspirações autonomistas dos senhores de terras e moradores. Em todos os momentos, porém, desafiar a autoridade real, “falar alto e firme” ao rei não seria jamais tolerado, sendo considerado expressão de anarquia, insubordinação e traição. Nas próximas aulas veremos diversos exemplos e casos concretos dessa questão, por isso quero que

você fique atento. Em outras palavras, estamos discutindo a natureza do governo colonial, e como Estado e Sociedade se relacionam de maneira dinâmica e complexa. Porém, isso só será bem compreendido com exemplos concretos. Nas próximas aulas não faltarão estes exemplos. Fique ligado.

Por fim, devemos lembrar que, a partir de 1621, aquilo que costumamos chamar de Brasil Colônia era, na verdade, mais de uma colônia. Em 13 de junho de 1621, o Brasil foi dividido em 2: o Estado do Brasil, com sede em Salvador já existia, e foi criado o Estado do Maranhão, com sede em São Luis. Com o avanço da colonização na região Norte, em 1737 o Estado do Maranhão passa a ser denominado Estado do Grão Pará e Maranhão e a sede é transferida para Belém. Do mesmo modo, em 1772 o Grão Pará é separado do Maranhão e, a partir daí teremos 3 colônias e não mais duas. Serão 3 territórios autônomos entre si, com governos próprios, subordinados ao Reino de Portugal. Em pouco mais de um século, a extensão territorial do Brasil tornou-se tão grande, com uma população tão diversificada e sociedade tão heterogênea que não era possível estabelecer um único governo. Foram necessários 2, e depois 3 Governos Gerais, com suas respectivas Vilas, Cidades e instituições político jurídicas. Ao longo do curso, você vai compreender melhor esta complexidade.

CONCLUSÃO

Após ser achado ou descoberto pelos portugueses, o território batizado com o nome de Terra de Santa Cruz ficou quase 50 anos abandonado pelos descobridores, na medida em que o pequeno reino de Portugal tinha enormes dificuldades para ocupar tão vastas extensões de terras. Os primórdios da ocupação constituem-se em uma saga à parte, cujos principais protagonistas são os capitães donatários, especialmente os que se aventuraram a residir em suas terras, sem esquecer os outros atores desse drama, os homens e mulheres que deixaram seus lares para construir uma nova vida na América portuguesa, cujo território inóspito, perigoso, habitado por uma humanidade hostil e estranha, assombrava a todos.

RESUMO

Nesta aula, analisamos o caráter e as consequências imediatas da Viagem de Pedro Álvares Cabral, destacando as questões que permearam o debate historiográfico sobre o tema. Também analisamos os primeiros anos do domínio português, as dificuldades, estratégias de controle e de poder cuja complexidade só será compreendida ao longo do curso. Na próxima aula vamos conhecer um pouco sobre a grande lavoura açucareira, a razão de ser do processo colonizador.





ATIVIDADES

1. Quando os portugueses iniciaram a “volta do mar”, tinham ou não tinham a intenção de descobrir o Brasil? Qual a sua opinião sobre esta questão?
2. Quando discutimos sobre viagens de navegação e extensões territoriais, é necessário ter todas as referências geográficas bem definidas. Por isso, precisamos de um mapa. Faça um desenho do litoral do Brasil e insira os principais pontos geográficos citados nesta aula.
3. Por que, neste texto, a palavra contrabandista está entre aspas?
4. Por que D. João decidiu-se pela ocupação da Terra de Santa Cruz?
5. O que foi o sistema de donatarias e por que fracassou?
6. Como foi estruturado o Governo Geral?

CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo – A Viagem do Descobrimento. A Verdadeira História da Expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. Naufragos Traficantes e Degredados. As Primeiras Expedições ao Brasil 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

_____. Capitães do Brasil. A Saga dos Primeiros Colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

COELHO, Antonio Borges – Os Argonautas Portugueses e seu Velo de Ouro. Séculos XV e XVI em TENGARRINHA, José (Org.), História de Portugal, Bauru(SP):EDUSC,São Paulo(SP):UNESP, Lisboa:Instituto Camões, 2001.

ALMEIDA, Antonio Augusto Marques de – Saberes e Práticas de Ciência no Portugal dos Descobrimentos, em TENGARRINHA, Op. Cit.

HESPANHA, Antonio Manuel – As Estruturas Políticas em Portugal na época Moderna, em TENGARRINHA, Op. Cit.

FAORO, Raimundo – Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol. 1. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Stuart – Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1979.